

**ACTA**

Aos doze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves de Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----****----- INTERVENÇÕES -----**

**1 – Vereador José Manuel Antunes** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “O sentimento de humildade democrática é dos sentimentos que em política são mais importantes. Nas últimas eleições autárquicas, o Partido Socialista sofreu uma pesada derrota na Vila das Taipas. Perdeu por maioria absoluta para a Junta de Freguesia, para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal. Os eleitores daquela vila expressaram de forma clara a sua opinião não apenas sobre a política desenvolvida pela Junta de Freguesia, mas também pelo poder socialista. Premiaram o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia e apostaram numa alternativa à política do actual poder. No final da última reunião de Câmara, o senhor Presidente da Câmara tentou tapar o sol com a peneira, dizendo que a vitória do PSD alcançada para a Junta de Freguesia se explicava por uma boa política da Câmara para a vila, aproveitada, pelo Presidente de Junta do PSD por uma política de proximidade parasita. O que V. Ex.a não conseguiu fazer foi explicar por que razão a população

premiou a boa política da Câmara com uma derrota do PS na votação para a Câmara Municipal. Um jornal local, a propósito do relacionamento estabelecido pela Câmara Municipal com a vila das Taipas no último mandato, escrevia o seguinte: “Estamos no ano 50 antes de Cristo. Toda a Gália foi ocupada pelos romanos... Toda? Não! Uma aldeia povoada por irredutíveis gauleses ainda resiste ao invasor. E a vida não é nada fácil para as guarnições de legionários romanos nos campos fortificados.” O referido jornal local, no seu editorial, sugere que os romanos deixem de tratar essa aldeia “com pedras” e comecem a tratá-la com investimento justo. Não temos nenhuma dúvida de que, se isso acontecer, a vida, no futuro, vai ser mais fácil para os “legionários romanos”. **2 – Vereadora Luísa Oliveira – a)** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Se há tema que nesta mesa irá motivar unanimidade entre os representantes eleitos será sem dúvida o projecto Guimarães Capital Europeia da Cultura. Todos temos consciência que constitui uma oportunidade única de enorme potencial para o desenvolvimento local pelos benefícios culturais e socioeconómicos que permite e é previsível gerar, mesmo em tempos de crise, e que, ao transformar Guimarães no centro das atenções, pode e deve, produzir efeitos positivos sobretudo no sector do Turismo. Este sector tem sido apontado como uma opção estratégica, de extrema importância, num período em que a região do Vale do Ave e especialmente o Concelho de Guimarães estão em profunda mutação, com o desaparecimento das indústrias tradicionais. Neste, como noutros sectores é muito importante que a aliança entre o sector público e o privado se faça sentir e o seu sucesso depende de todos nós. Guimarães Capital da Cultura será a mais preciosa alavanca para esta mudança de paradigma no nosso concelho, acreditamos que as palavras do Sr. Presidente da Câmara no acto de



tomada irão reflectir a atitude de responsabilidade e sentido de partilha que irão presidir a este mandato que começa a dar os primeiros passos. E, se nos primeiros passos de todo o processo de candidatura deste projecto pode ser compreensível alguma contenção na partilha da informação, julgamos ser a hora certa para o partido que está legitimamente no poder para governar partilhar com os seus colegas de vereação, pelo menos, tudo o que diz respeito aos projectos de obras que serão sem dúvida necessárias para este projecto e que farão parte das tarefas desta Câmara na preparação do evento. Até agora têm aparecido iniciativas avulsas, o que aqui vimos lembrar é que há muito nos foi prometido que iríamos discutir, num momento a definir e num formato diferente, quais as linhas de orientação que suscitam os investimentos que irão ser levados a cabo. Hoje, vamos votar mais uma dessas incitativas, que, se não fosse o caso de recebermos a agenda mais cedo seríamos surpreendidos, como os restantes vimaranenses por uma notícia do jornal. Esta notícia, vinda na agenda e na comunicação social, suscita-nos a todos algumas questões, mas também nos deixa com a sensação que, afinal, os contributos que vão chegando da parte da oposição, de algum modo, são tidos em consideração. Referimo-nos obviamente à compra da Fábrica Pátria para instalação da Plataforma das Artes – Casa da Memória cujo conceito ainda não é de todo compreensível, que ou muda de sítio ou é muito mais disperso do que numa primeira leitura foi possível perceber, que nos deixa a interrogação de qual o papel do antigo Mercado em todo este processo e quais os agentes locais que dele irão participar. Acreditamos, como sabe, Sr. Presidente que as suas palavras no acto de posse não eram circunstanciais e que fará da Capital da Cultura um evento sentido e vivido, por todos, como um privilégio que foi dado à nossa cidade e ao nosso concelho, que premeia a sua história e todo o esforço que foi desenvolvido para

perpetuar a sua memória. Certamente, não irá dar aos eleitos locais um tratamento diferente, pelo que esperamos ser, muito brevemente, alvo da sua atenção e legitimamente sermos parceiros que se unem em volta de um grande projecto”. **3 – Vereador António Salgado Almeida** – Referiu a necessidade de serem requalificadas as ligações rodoviárias às Vilas do Concelho, designadamente Taipas e Pevidém, tal como sucedeu com a via que serve a nova superfície comercial na freguesia de Silvares. **4 – Vereador André Coelho Lima** – Perguntou que diligências tinham sido tomadas na sequência da entrega de um dossier à Câmara Municipal em 21 de Novembro de 2008, que continha um parecer aprovado, por unanimidade, na Assembleia Municipal, resultante do trabalho da Comissão Especializada constituída para o efeito, do qual resultava a conclusão de um estudo e consequente parecer no sentido da viabilidade técnica e formal da candidatura das Festas Nicolinas a Património Imaterial da Humanidade, de acordo com classificação da UNESCO. Acrescentou, a propósito, que a oportunidade da questão se prendia com a circunstância de ter sido recentemente anunciado pelo Embaixador de Portugal na UNESCO, Manuel Maria Carrilho, que a candidatura do Fado estava na linha da frente para ser apresentada por Portugal. Recordou, por isso, que a criação de condições formais para que possam ser apresentadas candidaturas em território Português foi conseguida devido à candidatura das Nicolinas, uma vez que foi a Assembleia Municipal de Guimarães que solicitou à Assembleia da República a ratificação da Convenção da UNESCO, por forma a poderem ser apresentadas candidaturas em Portugal. Mais referiu que, como apenas pode ser apresentada, por cada país, uma candidatura em cada triénio, a eventual candidatura do Fado inviabilizará que a candidatura das Festas Nicolinas possa ser apreciada no decurso do ano de 2012, ano em que Guimarães será Capital Europeia da



Cultura e em que, por motivos que são evidentes, seria porventura o momento adequado para apreciar uma candidatura protagonizada pela cidade de Guimarães. **5 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Na sequência da intervenção da Vereadora Luísa Oliveira fez alusão à complexidade dos contactos relacionados com a definição dos projectos, nomeadamente no que toca à Plataforma das Artes, dando esclarecimentos sobre a necessidade de reformulação desse projecto na sequência da desistência de aquisição do Teatro Jordão. Acrescentou, ainda, que a área do antigo mercado municipal não era suficiente para a totalidade das valências da Plataforma das Artes pelo que o projecto da Casa da Memória será transferido para o imóvel da extinta fábrica de plásticos “Pátria”, situado na Avenida Conde Margaride. No edifício do antigo mercado municipal será localizado o equipamento que acolherá o espólio do artista José de Guimarães, ficando a residência de artistas localizada num imóvel do Centro Histórico, situado na Rua da Rainha; **b)** – Relativamente à intervenção do Vereador António Salgado Almeida, disse que os promotores do “*Espaço Guimarães*” pagaram a requalificação da via pública de acesso, tendo a Câmara Municipal assumido apenas aspectos de pormenor. Sobre o projecto de requalificação da via de ligação Guimarães/Taipas esclareceu que a Câmara não tinha competências para intervir, visto que tal responsabilidade é da Estradas de Portugal; **c)** – Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que iria inteirar-se dos contornos das candidaturas do foro imaterial. Assinalou a complexidade destes dossiers, garantindo que brevemente vai estar presente numa reunião da UNESCO, em Granada, onde vai procurar inteirar-se da evolução do processo. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar duas propostas que não constavam da

Ordem do Dia: -----

**SUBSÍDIOS – UCCLA – UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA – APOIO CONTRA A EPIDEMIA DE DENGUE** – Presente a seguinte proposta: “Foi a Câmara Municipal de Guimarães solicitada pela UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, no sentido de colaborarmos no esforço promovido por aquela entidade, a pedido do Presidente da Câmara Municipal da Praia, com o objectivo de acorrer à epidemia de dengue que grassa actualmente por vários municípios daquele país africano. Com 500 casos declarados por dia, as autoridades nacionais e municipais de Cabo Verde, com a colaboração de organizações não governamentais como a OIKOS, tentam assim reunir recursos financeiros que lhes permitam travar a escalada da epidemia e salvar o maior número possível de vidas. No âmbito da UCCLA foi já possível reunir um montante de €12.000,00 para aquisição de materiais e equipamentos cuja distribuição local será assegurada pelo Município da Praia. Considerando o imperativo humanitário em colaborar neste esforço conjunto e solidário, proponho, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Guimarães atribua à UCCLA um subsídio de €3.000,00 (três mil euros), destinado a comparticipar no auxílio a prestar ao Município da Praia – Cabo Verde, para fazer face à epidemia de dengue que ali se regista” Esta despesa tem cabimento na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE RONFE – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – RENOVAÇÃO DO CENTRO CÍVICO** – Presente a seguinte



proposta: “A Câmara Municipal, em reunião de 23 de Abril de 2009, deliberou celebrar um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Ronfe para execução das obras de pavimentação de diversas ruas da freguesia, no ano de 2009, atribuindo-lhe, para esse efeito, a verba de €29.455,81, que foi paga através de autos de medição do Departamento de Obras Municipais. Posteriormente, a Junta de Freguesia de Ronfe executou uma obra pública de requalificação do Centro Cívico da Vila, no montante de €66.339,35, que incluiu a beneficiação de passeios existentes, a construção de novos e a colocação de uma rede de águas pluviais na envolvente da Igreja Paroquial, tendo como objectivo a apresentação de uma nova imagem no Centro e a criação de novas zonas para circulação de peões, incentivando a frequência do local, tendo sido concretizada no corrente ano em que se comemora o décimo aniversário da elevação da freguesia a Vila. Considerando que a intervenção realizada corresponde a um dos objectivos da política municipal definida em plano de actividades (a requalificação dos centros cívicos das Vilas), não obstante não ter sido objecto de prévio Protocolo com o Município, proponho que seja aprovado um Protocolo com a Junta de Freguesia de Ronfe para atribuição da verba de €36.883,00 (trinta e seis mil oitocentos e oitenta e três euros), correspondente à diferença entre o valor total da obra de requalificação do Centro Cívico e o valor aprovado para execução de obras naquela freguesia no ano de 2009, constante do mencionado Protocolo de Abril de 2009”. Esta despesa tem cabimento na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** - Deu conhecimento que o Instituto das Estradas de Portugal já assumiu o

compromisso de concluir a obra de duplicação das faixas de rodagem da Circular Urbana de Guimarães; **2** - Deu conhecimento que o PAC (Posto de Atendimento ao Cidadão) mudou as suas instalações para o Balcão Único de Atendimento da Câmara Municipal de Guimarães, num conceito de atendimento centralizado; **3** – Deu conhecimento da abertura do Espaço Saúde Jovem; **4** – Do e-mail de D. Manuel Monteiro de Castro agradecendo a mensagem enviada pelo Presidente da Câmara de felicitação por ocasião da sua nomeação como Secretário do Colégio dos Cardeais pelo Papa Bento XVI; **5** - O Presidente da Câmara convocou os membros do Órgão Executivo para uma reunião extraordinária, a realizar no próximo dia 18 de Novembro, pelas 10:00 horas. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

**1** – Dos despachos do Presidente da Câmara, datados de 29 de Outubro e 3 de Novembro de 2009, que, no exercício das diversas competências próprias e das que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal em reunião da mesma data, delegou e subdelegou competências nos Vereadores, ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º e do n.º 2 do art. 65.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (Distribuição de Funções – Delegação e Subdelegação de Competências), que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas; **2** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Outubro de 2009, que designou os seguintes Vereadores em regime de tempo inteiro: Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha e Alexandra Parada Barbosa Gesta; **3** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Outubro de 2009, que designou o Vereador Domingos Bragança Salgado como Vice-Presidente da Câmara;





4 - Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Outubro de 2009, que designou os funcionários incumbidos de lavrar as actas das reuniões do Órgão Executivo, sendo titular a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, e sua substituta, a Técnica Superior, Marta Sofia Neves Ribeiro Cunha; 5 – Do ofício de “Santos Carvalho & Associados, SROC, SA” remetendo, nos termos da alínea a), n.º 3, art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, informação sobre a situação económica e financeira da Câmara Municipal de Guimarães, relativa ao primeiro semestre de 2009, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; 6 – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Outubro de 2009, que concordou com a seguinte infirmação da Divisão de Património Municipal: **“AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS SITUADOS NA AV. CONDE DE MARGARIDE E NO GAVETO DA RUA MANUEL SARAIVA BRANDÃO COM A PRAÇA HERÓIS DA FUNDAÇÃO, FREGUESIA DE S. PAIO, DESTINADOS À PLATAFORMA DAS ARTES** – Na sequência dos contactos havidos com a empresa proprietária da denominada “Fábrica Pátria”, situada na Av. Conde de Margaride, com entrada também pela Rua Manuel Saraiva Brandão, freguesia de S. Paio, necessária à Plataforma das Artes, veio a verificar-se que o imóvel que se julgava ser único, é constituído por três prédios distintos, mas interligados entre si. Também foi possível apurar, que apenas o prédio com a área de 1561m<sup>2</sup> é propriedade da empresa “Andrade & C<sup>a</sup>, Sucrs., Lda.”, sendo que os restantes dois são propriedade da Sr.<sup>a</sup> Maria Antónia Teibão Dias de Andrade Vaz. Face a esta situação solicitou-se ao DPPU, informação quanto à possibilidade de aquisição parcelar dos imóveis, faseada no tempo, tendo sido proferido despacho de concordância quanto a essa possibilidade, ressalvadas as necessidades de se

assegurar a compra da totalidade da estrutura edificada existente. De acordo com a avaliação do conjunto edificado, elaborado por perito da lista oficial, é atribuído um valor de € 319,12/m<sup>2</sup>, tendo a empresa “Andrade & C<sup>a</sup>, Sucrs., Lda” e a Sra. Maria Antónia Teibão Dias de Andrade Vaz, manifestado por escrito a sua aceitação. Nestes termos, é possível a outorga da escritura de aquisição de um dos prédios urbanos, com a área total de 330m<sup>2</sup>, descrito na competente Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 268-A/S. Paio e inscrito na respectiva matriz sob o artigo 839º, propriedade da Sra. Maria Antónia Teibão Dias de Andrade Vaz, pelo que deverá ser superiormente decidido adquirir a indicada fracção pelo valor de €105.309,60 (cento e cinco mil trezentos e nove euros e sessenta cêntimos). À consideração superior”; 7 – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de Outubro de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: **“Refeitórios e Prolongamento de Horário – Ano Civil de 2009 – Acordo de Cooperação da Educação Pré-escolar** – Como é de conhecimento superior, foi para conhecimento em Reunião de Câmara, a 07/11/08, a transferência de verbas para a colocação de Pessoal em Refeitórios e Prolongamento de Horário para o ano civil de 2009, ao abrigo do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar. Dado que, conforme informação dos Agrupamentos de Escolas, em 18 Jardins de Infância se verificou, no corrente ano lectivo, uma redução significativa do número de alunos para almoço e a frequentar o prolongamento de horário, será necessário proceder-se à actualização dos valores a serem atribuídos, a partir do mês de Novembro (uma vez que já foram processados os meses de Setembro e Outubro), às Entidades que estão a assegurar as Actividades de Apoio à Família nesses Jardins de Infância, conforme mapa em anexo. Nesse sentido, propõe-se que seja dado conhecimento em Reunião de



Câmara das respectivas alterações. À consideração superior.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA  
REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2009. DELIBERADO  
APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE  
PROCEDIMENTO – EDIFÍCIO DE CLIMATIZAÇÃO DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES –**

“**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Edifício de Climatização da Câmara Municipal de Guimarães, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €813.560,97 + IVA, a satisfazer pela dotação 05.04.01. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €813.560,97 (oitocentos e treze mil quinhentos e sessenta euros e noventa e sete cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 120 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento

propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vítor Manuel Fernandes Abreu – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas) **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CIVÍCO**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião de 23 de Abril de 2009, delegou na Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, pela importância de €34.456,31, a obra de “Requalificação do Centro Cívico da Freguesia (espaço à volta da Sede da Junta)”. Como a verba atribuída se tornou insuficiente, atendendo a que a obra compreende o arranjo do espaço à volta da Sede da Junta, com a execução de passeios em micro-cubo de granito, proponho um reforço da verba no valor de €101.137,00 (cento e um mil cento e trinta e sete euros), o qual, conjuntamente com o valor do



protocolo datado de 23 de Abril de 2009, perfaz o valor total da obra. A referida importância será paga àquela Autarquia mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE SILVARES – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – EXECUÇÃO DE OBRAS DE ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO – REFORÇO DE VERBA** – Presente uma proposta do Vereador Domingos Bragança propondo um reforço, no montante de €139.828,00 (cento e trinta e nove mil oitocentos e vinte e oito euros), das verbas já atribuídas à Junta de Freguesia de Silvares por deliberações de 5 de Junho de 2008 e 23 de Abril de 2009, ambas destinadas à execução da obra de “Alargamento do Cemitério”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE GUARDIZELA – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ELABORAÇÃO DO PROJECTO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO – REFORÇO DE VERBA** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em reunião realizada em 23 de Abril de 2009, delegou na Junta de Freguesia de Guardizela a execução da obra designada por “Elaboração do Projecto e Ampliação do Cemitério”, pelo valor €18.759,45 (dezoito mil setecentos e cinquenta e nove euros e quarenta e cinco centavos). Como a Junta de Freguesia já executou obras de valor superior à verba atribuída, proponho um reforço de verba no montante de €17.990,00

(dezassete mil novecentos e noventa euros) que completa o valor total da obra, conjuntamente com o valor protocolado. A referida importância será paga àquela Autarquia, mediante a elaboração de autos de medição de trabalhos, por parte do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

**JUNTAS DE FREGUESIA – JUNTA DE FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO – PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso solicitou a esta Câmara Municipal um apoio para pavimentação da Rua de Nossa Senhora do Rosário. Dado tratar-se de um caminho que serve um aglomerado populacional considerável e que ainda se encontra em terra batida, é importante a sua pavimentação. O Departamento de Obras Municipais efectuou a quantificação dos trabalhos necessários à pavimentação da rua cujo orçamento se estima em €10.733,63 (dez mil setecentos e trinta e três euros e sessenta e três cêntimos). Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a atribuição de um apoio à Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso no valor de €10.733,00 (dez mil setecentos e trinta e três euros) destinado à pavimentação da Rua de Nossa Senhora do Rosário. O prazo de execução da obra é de 30 dias”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE POLVOREIRA – ALARGAMENTO, PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NA RUA DE MESSOURO** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Polvoreira solicitou a esta Câmara Municipal um apoio para a



execução da obra de “Alargamento da Rua de Messouro, sua pavimentação e construção de muro de suporte”. Por se tratar de uma obra de alargamento da via, indispensável para a fluidez do trânsito, proponho a atribuição de um apoio à Junta de Freguesia de Polvoreira no valor de €69.455,00 (sessenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros) + IVA de acordo com a medição de trabalhos efectuada pelo Departamento de Obras Municipais”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DECISÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA, TOMADAS NO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, PARA RATIFICAÇÃO PELO NOVO EXECUTIVO MUNICIPAL –**

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Empreitadas: “Em cumprimento do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 12 de Outubro de 2009, segue, em anexo, a listagem dos actos praticados nos Serviços do Departamento de Obras Municipais, tendo em vista a subsequente ratificação pelo novo executivo municipal, nos termos do nº 2 do art. 3º da Lei nº 47/2005, de 29 de Agosto. -----

ASSUNTO	DESPACHO
Reg. 3613/09 – Proc. 63/09 - Validação do desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde respeitante à empreitada: à empreitada: Requalificação da Escola EB2,3 João de Meira	13/10/2009
Reg. 3748/09 – Proc. 59/09 - Validação do desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde respeitante à empreitada: à empreitada: Pavimentação da Rua S. Bento – Tabuadelo, Rua Bela Vista e Rua Padre José Ferreira Leite – Candoso S. Tiago	22/10/2009

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----  
**DECISÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA, TOMADAS NO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE, PARA RATIFICAÇÃO PELO NOVO EXECUTIVO MUNICIPAL**

– Presente a seguinte informação do director do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Em cumprimento do despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 12 de Outubro de 2009, segue, em anexo, a listagem dos actos praticados no Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, tendo em vista a subsequente ratificação pelo novo executivo municipal, nos termos do nº 2 do art. 3º da Lei nº 47/2005, de 29 de Agosto”. A referida listagem dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DECISÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA TOMADAS NO DEPARTAMENTO FINANCEIRO – PLANO DE ACTIVIDADES, PLANO DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2009** – Presente, para ratificação, os despachos do Presidente da Câmara, datados de 12, 13, 14, 15, 16, 20 e 21 de Outubro de 2009, que aprovaram as alterações ao Plano de Actividades, Plano de Investimentos e Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães, para o ano de 2009, que se dão aqui por reproduzidas e ficam arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS SITUADOS NA AV. CONDE DE MARGARIDE E NO GAVETO DA RUA MANUEL SARAIVA BRANDÃO COM A PRAÇA HERÓIS DA FUNDAÇÃO, FREGUESIA DE S. PAIO, DESTINADOS À CASA DA MEMÓRIA E PLATAFORMA DAS ARTES** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Na sequência dos contactos havidos com a empresa proprietária da denominada “Fábrica Pátria”, situada na Av. Conde de Margaride, com entrada também pela Rua





Manuel Saraiva Brandão, freguesia de S. Paio, necessária à Plataforma das Artes – Casa da Memória, veio a verificar-se que o imóvel que se julgava ser único, é constituído por três prédios distintos, mas interligados entre si. Também foi possível apurar, que apenas o prédio com a área de 1561m<sup>2</sup> é propriedade da empresa “Andrade & C<sup>a</sup>, Sucrs., Lda. ”, sendo que os restantes dois são propriedade da Sr.<sup>a</sup> Maria Antónia Teibão Dias de Andrade Vaz. Face a esta situação solicitou-se ao DPPU, informação quanto à possibilidade de aquisição parcelar dos imóveis, faseada no tempo, tendo sido proferido despacho de concordância quanto a essa possibilidade, ressalvadas as necessidades de se assegurar a compra da totalidade da estrutura edificada existente. De acordo com a avaliação do conjunto edificado, elaborado por perito da lista oficial, é atribuído um valor de €319,12/m<sup>2</sup>, tendo a empresa “Andrade & C<sup>a</sup>, Sucrs., Lda” e a Sra. Maria Antónia Teibão Dias de Andrade Vaz, manifestado por escrito a sua aceitação. De acordo com os elementos fornecidos pelos interessados, o prédio destinado à Plataforma das Artes – Casa da Memória, possui a área de 1561m<sup>2</sup>, e encontra-se descrito na competente Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 418/S. Paio e inscrito na respectiva matriz sob o artigo 673º. Nestes termos, deverá ser superiormente decidido propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea a), n.º 6, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a aquisição do imóvel acima identificado, à empresa “Andrade & Sucrs., Lda.”, pelo preço total de €498.146,32 (quatrocentos e noventa e oito mil cento e quarenta e seis euros e trinta e dois cêntimos), ao abrigo do disposto no artigo 11º do Código das Expropriações. À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.03.07. **DELIBERADO, POR**

**UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PESSOAL – RECRUTAMENTO DE DOCENTES PARA AS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR –**

Presente a seguinte informação da Directora do Departamento de Recursos Humanos: “Atendendo às necessidades de recursos humanos manifestadas pela DCD, solicita-se autorização para recrutamento de 11 docentes de inglês e 6 docentes de ciências experimentais. Para efeitos do referido recrutamento informa-se que os postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal bem como a respectiva previsão orçamental. Atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, informo que a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. O referido procedimento de recrutamento obedecerá obrigatoriamente ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 212/2009 de 3 de Setembro. Atendendo a que este diploma nada estabelece quanto à competência para autorizar o recrutamento, o presente pedido deve ser submetido a deliberação da Câmara Municipal, nos termos supra referidos”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICIPIO NOS CONSELHOS GERAIS DE ESCOLAS –**

Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: “Em reunião do Executivo Camarário de 23 de Julho de 2009, foi aprovada a designação dos representantes do Município a integrarem os Conselhos Gerais dos 14 Agrupamentos de Escola e das três Escolas Secundárias, nos termos do



disposto no n.º 3, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril. Dado que o Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas Egas Moniz, aprovado em sessão do Conselho Geral Transitório, de 6 de Julho de 2009, prevê que o Conselho Geral seja constituído por 21 membros, dos quais três representantes do Município, e tendo sido designados apenas dois, proponho que seja designado o Director do Departamento de Acção Social e Cultural, Dr. José Nobre, como terceiro elemento a integrar aquele órgão. Assim, no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Egas Moniz, o Município de Guimarães far-se-á representar por: Dra. Francisca Abreu – Vereadora do Pelouro da Educação; Dr. José Nobre – Director do Departamento da Acção Social e Cultural; Dra. Helena Pinto – Chefe de Divisão de Cultura e Desporto”. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR.** -----

**EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES A 30 ALUNOS DA EB1 SELHO S. CRISTÓVÃO – ANO LECTIVO 2009/2010** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, foi implantado em devido tempo um serviço de refeições transportadas na EB1 Selho S. Cristóvão, com vista a apoiar os alunos que frequentavam à data aquele estabelecimento de ensino em regime normal. De acordo com informações do Agrupamento de Escolas de Pevidém, e encontrando-se actualmente todas as turmas em regime normal, há a necessidade de, no ano lectivo 2009/2010, assegurar o fornecimento de refeições a 80 alunos. Assim e considerando que: 1 - o número de refeições previstas no Concurso Público nº 7/09 (fornecimento de refeições em refeitórios escolares – Ano civil 2010) para a EB1 Selho S. Cristóvão é de 50; 2 - a dimensão do refeitório da EB1 não permite acolher no período de almoço mais 30 alunos; 3 - o Centro Social S.

Cristóvão de Selho dispõe de condições para o efeito e está disponível a colaborar com a Autarquia; propõe-se a celebração de um Protocolo com o Centro Social para fornecimento de refeições a 30 alunos da EB1 de Selho S. Cristóvão, a vigorar no ano lectivo 2009/10 (Outubro a Dezembro de 2009 e Janeiro a Julho de 2010). Mais se informa que o fornecimento de refeições a estes alunos implica à Autarquia um custo anual previsível de €2.912,29, repartido da seguinte forma: Outubro a Dezembro de 2009 – €868,86; Janeiro a Julho de 2010 – €2.043,43. Para deliberação em Reunião de Câmara, junto se anexa dois exemplares do protocolo, a celebrar entre as entidades. À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL DE 2009 – SEGUNDA RECTIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE 4 DE DEZEMBRO DE 2008** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, foi deliberado em Reunião de Câmara de 8 de Dezembro de 2004 aprovar, para o ano civil de 2009, a atribuição de verbas a diversas entidades que asseguram a alimentação e gestão em Refeitórios Escolares. Tendo em conta os dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas no que concerne à Acção Social Escolar – Ano Lectivo 2009/2010, verificou-se em alguns estabelecimentos de educação e ensino, cujos refeitórios escolares estão sob administração e gestão directa de Entidades, uma alteração de Escalões ou uma redução do número de alunos abrangidos pelos Escalões A e B, o que se repercute naturalmente



no valor a atribuir pelo Município para efeitos de comparticipação na alimentação. Encontram-se na situação anteriormente descrita os estabelecimentos de educação e/ou ensino de: Serrado/Briteiros Sta Leocádia; Passal/Longos; Assento/Sande S. Clemente; Agrolongo/Sande S. Lourenço; Igreja/Sande S. Martinho; Agradas/Gandarela. Acresce ainda que no caso da EB1/JI de Agrolongo, com a integração do pré escolar no edifício do 1º CEB, o valor da verba a atribuir para gestão do refeitório passa de €800,00 para €500,00, dado que todas as crianças e alunos passam a almoçar no mesmo refeitório. Assim, propõe-se que se proceda à rectificação da deliberação de Câmara, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – APOIO À ACTIVIDADE EDITORIAL** – Presente a acta da Comissão de Selecção da Comissão Consultiva prevista no Regulamento para Apoio à Actividade Editorial para, nos termos do referido Regulamento, proceder à apreciação dos pedidos de apoio a edição, reedição e aquisição de livros. Foi apreciado o pedido de aquisição de livros editados e a editar. Em resultado da respectiva apreciação a Comissão decidiu propor a aquisição dos seguintes livros: trinta exemplares da revista “Margens e Confluências”, ao preço por capa de €12,50, o que perfaz um total de €375,00 (trezentos e setenta e cinco) (IVA incluído); vinte e cinco exemplares do livro “Histórias à volta do Toural”, ao preço por capa de €25,00, o que perfaz um total de €625,00 (seiscentos e vinte e cinco euros) (IVA incluído); cinquenta exemplares do livro “900 – História de um Rei”, ao preço unitário de €10,00, o que perfaz um total de €500,00 (quinhentos euros) (IVA incluído); cinquenta exemplares do livro “S. Gualter de Guimarães” ao preço por capa de €10,00, o que perfaz

um total de €500,00 (quinhentos euros). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 08.01 e na unidade económica 07.01.10.02. A referida Acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO** – Presente, em anexo, a Acta da Comissão de Selecção de Bolsas de Investigação, tomada em reunião de 2 de Novembro de 2009, para análise do Projecto de Investigação de Santa Maria de Vila Nova de Infantas, de António Fernandes Gonçalves. A referida Acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Por deliberação de 18 de Dezembro de 2008 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, o qual entrou em vigor no dia 13 de Janeiro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS** – Presente uma informação da Divisão



de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – EB1/JI TEIXUGUEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, que disponibilizou, à EB1/JI de Teixugueira, o transporte, em autocarro, dos alunos à Biblioteca Municipal Raúl Brandão, nos dias 4, 17 e 18 de Novembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – SUBSÍDIOS AOS CLUBES DESPORTIVOS – ÉPOCA 2007/2008** – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação de 8 de Maio de 2008 foram definidos os critérios de apoio e respectivos montantes destinados aos clubes do Concelho com participação em competições oficiais na época desportiva de 2007/2008, encontrando-se agora concluído o processo de atribuição destes subsídios. Assim, no quadro da referida deliberação, foram pagos, após cumprimento das formalidades ali exigidas, os subsídios a seguir enunciados, que se submetem a ratificação. -----

Entidade	Valor (euros)
Associação Cultural e Recreativa de Ronfe	750,00
Associação Amiguinhos do Museu Alberto Sampaio	875,00
Associação Cultural e Recreativa de Lordelo	5.000,00
Associação de Ciclismo do Minho	3.000,00
Associação Recreativa Cultural de Pencilo	750,00
Associação Recreativa Cultural Social Fair Play	5.000,00
Associação Solidariedade Social Moradores da Emboladoura	5.700,00
Brito Sport Clube	5.000,00
CART Centro Actividades Recreativas Taipenses	5.000,00

<b>Entidade (continuação)</b>	<b>Valor (euros)</b>
Casa do Povo de Fermentões	25.000,00
Centro Comunitário Desporto e Cultura de Gandarela	750,00
Centro Cultura e Desporto O Desportivo de Ronfe	5.000,00
Centro Social Cultural Desportivo de Silvares	375,00
Centro Soc. Cultural Desp. Recreativo de Vila Nova de Sande	750,00
Centro Social e Recreativo e Cultural de Campelos	5.000,00
Clube da Escola Secundária Francisco de Holanda	1.895,00
Clube de Caçadores das Taipas	5.000,00
Clube de Ténis de Mesa das Caldas das Taipas	650,00
Clube Xadrez Afonsino – Escola EB2,3 D. Afonso Henriques	600,00
Clube de Xadrez da Escola EB 23 João de Meira	875,00
Clube de Xadrez Gil Vicente	1.025,00
Clube Desportivo da CERCIGUI	4.400,00
Clube Desportivo de Ponte	375,00
Clube Operário de Campelos	375,00
Clube Recreativo de Candoso S Martinho	375,00
Desportivo Francisco de Holanda	25.000,00
Futebol Clube os Piratas de Creixomil	25.000,00
Grupo Cultural e Desportivo Águias Negras	375,00
Grupo Desportivo de Serzedelo	375,00
Grupo Desportivo os Amigos de Urgeses	550,00
Grupo Desportivo os Amigos de Urgeses	5.000,00
Grupo Desportivo os Unidos do Cano	2.600,00
Grupo Desp. Rec. Sande S. Martinho – Os Sandinenses	5.000,00
Grupo Desportivo União Torcatense	750,00
Grupo Recreativo Cultural e Desportivo de Candoso S. Tiago	300,00
JUNI – Jovens Unidos Num Ideal	5.200,00
JUNI – Jovens Unidos Num Ideal	1,250,00
Juventude Basquete de Guimarães	750,00
Moreirense Futebol Clube – Secção de Andebol	1.025,00
Moreirense Futebol Clube – Secção de Atletismo	1.200,00
Pevidém Sport Clube	5.000,00
União Desportiva de Airão St.ª Maria	375,00
Vitória Sport Clube – Secção de Basquetebol	35.000,00
Vitória Sport Clube – Secção de Natação	25.000,00
Vitória Sport Clube – Secção de Pólo Aquático	10.000,00
Vitória Sport Clube – Secção de Voleibol	35.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>268.270,00</b>

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – CINECLUBE DE GUIMARÃES – XXI EDIÇÃO  
DO “CINEMA EM NOITES DE VERÃO”** – Presente a seguinte





proposta: “Cinema em Noites de Verão” é uma iniciativa do Cineclube de Guimarães que contou desde sempre com o apoio financeiro e logístico da Autarquia, e que, apesar de já contar 20 edições consecutivas, mantém e reforça consistentemente, em resultado de programações de grande qualidade, a sua capacidade de atracção de públicos para o Cinema, num ambiente informal e de acesso livre. Assim, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães, e face ao aumento de custos de produção, justificado pela assumpção, por parte do Cineclube, da contratação e pagamento de pessoal de apoio, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a atribuição, ao Cineclube de Guimarães, de um subsídio de €10.000,00 (dez mil euros), destinado a comparticipar nos custos de organização do XXI Cinema em Noites de Verão, que decorreu no Largo da Oliveira no último mês de Agosto”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **O Vereador César Machado não participou na discussão e na votação da proposta. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 22 a 26 e 28 a 31 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das

associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS VINTE ARAUTOS DE D. AFONSO HENRIQUES” – COMEMORAÇÕES DO 1º DE DEZEMBRO DE 1640** – Presente a

seguinte proposta: “A Câmara Municipal e o Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques” vão organizar, a exemplo dos anos anteriores, as comemorações do 1º de Dezembro de 1640, com um programa que inclui uma actuação da Orquestra do Norte, no Paço dos Duques de Bragança, e o habitual Cortejo pelas ruas da cidade na noite de 30 de Novembro. Nessa parceria a Câmara participará, como habitualmente, nas despesas com tipografia, flores, animação e pirotecnia, num total de €1.200,00 (mil e duzentos euros) bem como suportará o pagamento de horas extraordinárias de dois Assistentes Técnicos dos Serviços Municipais e um motorista, e a Associação a organização do Cortejo e de uma ceia no final aos seus participantes, para o que proponho a comparticipação municipal de €2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros) ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 22 a



26 e 28 a 31 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – FESTAS NICOLINAS 2009** – Presente a seguinte proposta: “A Comissão das Festas Nicolinas vai realizar, entre 29 de Novembro e 7 de Dezembro, as tradicionais Festas Académicas de Guimarães, e solicitou vários apoios, a exemplo dos anos anteriores. Considerando as raízes profundas na tradição cultural vimaranense das referidas Festas, proponho que seja concedido: 1. Subsídio no montante de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), já deliberado em reunião de 5 de Março de 2009 e destinado a despesas globais e apoio à impressão do programa e pregões dourados, a ser pago à Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães – Velhos Nicolinos. 2. Prémio Câmara Municipal de Guimarães no montante de €500,00 (quinhentos euros) composto por um conjunto de material didáctico, que reverterá para a Escola de onde provenham os estudantes componentes, a atribuir ao melhor carro do Cortejo das Maçazinhas por um Júri que integrará a

Vereadora Francisca Abreu, de acordo com proposta aprovada pela Câmara em 2001. 3. Cedência de uma escavadora e ferramentas para o enterro do Pinheiro e viaturas para o Cortejo das Maçãzinhas, incluindo o pagamento das horas extraordinárias dos motoristas. 4. Publicação de um edital determinando o encerramento ao trânsito, a partir das 21,30 horas do dia 29 de Novembro das artérias percorridas pelo Cortejo do Pinheiro, bem como da proibição de estacionamento na Rua de S. António, a partir da mesma data e hora até ao final do desfile. 5. Oferta de camélias para decorar as janelas durante o cortejo das Maçãzinhas, desde que disponíveis no horto municipal. Os apoios são concedidos ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 22 a 26 e 28 a 31 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do



Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE BRAGA – CIMEIRA SINDICAL IBÉRICA** – Presente a seguinte

proposta: “No próximo dia 13 de Novembro vai realizar-se, em Guimarães, no Centro Cultural Vila Flor, uma Cimeira sindical Ibérica em que irão participar cerca de 200 sindicalistas, entre os quais os líderes nacionais da UGT e CGTP e da UGT/Galiza e das CC.OO (Comissões Obreras). A organização da Cimeira solicitou apoio para os seus encargos que incluem o aluguer das instalações do Centro Cultural, refeições e estadias. Considerando que se trata de um evento internacional que volta a considerar Guimarães como referência, que o tema da Cimeira se insere em preocupações económicas e sociais da região no contexto do aprofundamento das ligações entre Portugal e Espanha, proponho que seja concedido um apoio de €5.000,00 (cinco mil euros) a atribuir à União dos Sindicatos do distrito de Braga por delegação da Comissão Organizadora, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 22 a 26 e 28 a 31 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos

vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E PENSIONISTAS DE GUIMARÃES – FESTA DE NATAL –**

Presente a seguinte proposta: “A Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães vai realizar, no próximo dia 19 de Dezembro, a sua Festa de Natal. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores e o interesse da confraternização em que participam muitos cidadãos com manifesta carência de convívio social, sendo uma resposta a situações de solidão que é necessário diminuir, proponho que seja concedido a esta Associação um subsídio de €1.000,00 (mil euros) para ajudar às despesas da referida Festa, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 22 a 26 e 28 a 31 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD



lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – IRMANDADE DA PENHA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS DE ACESSO AO SANTUÁRIO** – Presente a

seguinte proposta: “Por proposta aprovada na reunião de Câmara do passado dia 8 de Outubro foi votada a comparticipação municipal de €1 194,99 (mil cento e noventa e quatro euros e noventa e nove cêntimos) para a remodelação da iluminação pública dos acessos ao Santuário da Penha. A verba indicada na referida proposta não estava correcta por lapso ocorrido na transcrição do processo, dado que a comparticipação municipal deveria ser de 1.984,99 (mil novecentos e oitenta e quatro euros e noventa e nove cêntimos), valor cabimentado em documento anexo já à proposta então apresentada. Em consequência, proponho a correcção do valor então indicado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – CLUBE DESPORTIVO XICO ANDEBOL – TORNEIO INTERNACIONAL DE ANDEBOL** – Presente a

seguinte proposta: “O Clube Desportivo Xico Andebol desloca-se, no corrente mês de Novembro, à Bósnia, para participar num Torneio

Internacional de Andebol, após ter sido apurado na fase anterior da prova disputada na República do Montenegro. Dados os custos financeiros da deslocação e estadia, solicitou apoio municipal. Considerando a referência, a nível nacional e da cidade, na modalidade, que têm as equipas desta novel colectividade, herdeira da história do Desportivo Francisco de Holanda, e a importância para o desenvolvimento desportivo dos seus jovens atletas da participação internacional, proponho que seja concedido um subsídio de €2.000,00 (dois mil euros) para apoio à referida deslocação, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 22 a 26 e 28 a 31 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado





como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – GRUPO REGIONAL FOLCLÓRICO E AGRÍCOLA DE PEVIDÉM – XV EDIÇÃO DA DESFOLHADA MINHOTA –**

Presente a seguinte proposta: “O Grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém organizou no passado dia 10 de Outubro, a exemplo dos anos anteriores, a XV edição da Desfolhada Minhota, que pretende reviver uma manifestação da sociedade rural com mais de um século. Considerando o interesse de preservar os usos e costumes tradicionais da actividade agrícola, e a sua divulgação às gerações do presente, proponho que seja concedido ao Grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém um subsídio de €150,00 (cento e cinquenta euros) para apoio à sua realização, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 22 a 26 e 28 a 31 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada

pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – GRUPO FOLCLÓRICO DE S. TORCATO – FESTA DAS COLHEITAS** – Presente a seguinte proposta: “O Grupo

Folclórico de S. Torcato organizou, a exemplo dos anos anteriores, a Festa das Colheitas. Considerando o interesse na divulgação de valores da etnografia regional e actividades económicas tradicionais da região, proponho a atribuição de um subsídio de €500,00 (quinhentos euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 22 a 26 e 28 a 31 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a



necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

### **SUBSÍDIOS – CONGRESSO INTERNACIONAL DA HISTÓRIA**

**MILITAR** – Presente a seguinte proposta: “Em reunião de Câmara realizada em 10 de Setembro último foi deliberado apoiar uma recepção aos participantes no Congresso Internacional da História Militar que visitaram Guimarães e onde foram recebidos por membros do Grupo Folclórico de Souto S. Salvador que lhes ofereceram ramos de oliveira, um dos elementos constantes do Brasão da cidade. A despesa com a compra dos referidos ramos foi de €540,00 (quinhentos e quarenta euros), pelo que proponho que seja assumida como encargo da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 02.01.15.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 22 a 26 e 28 a 31 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma

comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – CLUBE DE AUTOMÓVEIS ANTIGOS DE GUIMARÃES – I RAMPA EXPOCLÁSSICOS** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, que aprovou apoiar a realização da I Rampa Expoclássicos, realizada no passado dia 25 de Outubro, através de autorização para realização de trabalho extraordinário por parte de 7 agentes dos Serviços da Polícia Municipal, que prestaram apoio na orientação do trânsito. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – FESTA EM HONRA DE S. MARTINHO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Martinho, a realizar entre os próximos dias 10 e 15 de Outubro. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €168,28, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Martinho, num máximo de €84,14 (oitenta e quatro euros e catorze cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ACTA Nº 22 Fls. \_\_\_\_\_  
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE  
APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----  
PELAS ONZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS O  
PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A  
REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A  
PRESENTE ACTA. -----